

**Plano de Ação Local para Igualdade, Género, Cidadania
e Não-Discriminação 2020-2022
da Câmara Municipal do Montijo**

Relatório de Avaliação Final Global

Avaliadora: Helena Alexandre

Data: 27 de dezembro de 2023

Índice

I-	Introdução	p. 4
	Enquadramento	
	1. Contexto, determinantes e orientações nacionais	P. 7
	2. Contexto local	P. 8
II-	Avaliação	p. 14
	A - Estrutura, processo e dinâmicas	
	1. Estrutura	P. 15
	2. Conteúdo – objetivos e atividades	P. 15
	3. Elaboração e implementação	p. 18
	4. Avaliação inicial, intermedia e final – síntese	p. 19
	5. Medidas e atividades impactantes e emblemáticas	p. 20
	6. Participação, envolvimento e partilha de boas práticas	p. 24
	7. Protocolo entre a CIG e a CMM	p. 24
	8. Considerações finais	p. 25
	B – Avaliação final global	p. 28

Acrónimos

PALPIC - Plano de Ação Local para Igualdade, Género Cidadania e Não-Discriminação 2020-2022 da Câmara Municipal do Montijo

PT 2020 – Programa de investimentos para o período 2014-2021, cofinanciado pelo quadro financeiro plurianual da União Europeia - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Fontes e páginas consultadas

Diagnóstico Social do Concelho do Montijo, 2019 (disponível em <https://www.mun-montijo.pt/>)

Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde (disponível em <https://www.mun-montijo.pt/>)

<https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Montijo-255927>

(fonte: INE, Dados provisórios dos Censos 2021)

<https://www.mun-montijo.pt/>

www.cig.gov.pt

<https://portugal2020.pt/>

INTRODUÇÃO

O presente relatório respeita à **avaliação do Plano de Ação Local para Igualdade, Género Cidadania e Não-Discriminação 2020-2022** da Câmara Municipal do Montijo (doravante PALPIC) conforme candidatura a cofinanciamento para a elaboração dos planos para a igualdade de âmbito municipal.¹

Considerando a importância da dimensão avaliativa no apoio à decisão e para a qualidade e sustentabilidade das atividades e medidas que dão corpo às várias dinâmicas de promoção de igualdade e cidadania, a avaliação do PALPIC contemplou uma avaliação inicial² (mais de doze meses depois do início do Plano), a intermédia³ e a que ocorreu após a conclusão do Plano pelo que o Relatório de Avaliação Final Global integra informação dos três momentos.

A componente avaliativa de um Plano desta natureza tem como objetivo poder compreender como responde aos problemas identificados, a forma como o faz, as condições e pressupostos para o efeito e a sustentabilidade dos resultados atingidos com as medidas propostas. Deste modo, a **avaliação do PALPIC** versa as seguintes **dimensões**:

- a- Coerência estratégica - alinhamento da estratégia plasmada no PALPIC com a ENIND 2018-2030 e com as problemáticas de referência
- b- Eficácia - adequação do PALPIC às necessidades do Concelho e territorialização previstas na ENIND 2021-2025
- c- Eficiência e sustentabilidade - pertinência e coerência interna das medidas; ajustamento aos objetivos. Disponibilidade de recursos. Qualidade das atividades. Prazos. Envolvimento de atores estratégicos na implementação.

¹ AAC Nº POISE -22-2020-03 (TO 1.06) disponível em <https://portugal2020.pt/>

² Relatório disponível

³ Idem

- d- Condições e pressupostos – Condicionantes da elaboração e implementação do PALPIC (ex. apoio político, envolvimento e capacidade da estrutura organizacional, parcerias, integração da dimensão de igualdade de género nas práticas profissionais e instrumentos de gestão, etc.)

A Avaliação Inicial do PALPIC focou-se, sobretudo, na análise da coerência estratégica (a), das condições de eficácia (b) na adequação e condições iniciais de elaboração e pressupostos de implementação (d). Já, a Intermédia, que contemplou o período de 2020 – 2021 e primeiro semestre de 2022 (mais de doze meses após o início, portanto já na sua fase de implementação) versou essencialmente a eficiência e sustentabilidade (c) - pertinência e coerência interna das medidas; ajustamento aos objetivos. Qualidade. Prazos. Nível de execução e recursos.

A **Avaliação Final Global**, que decorre após a conclusão do Plano, versa, de forma sintética:

- i) Determinantes e dinâmicas internas à Câmara Municipal que asseguram a execução do plano e a sua sustentabilidade
- ii) Efetividade da execução das atividades, bem como a resposta às sugestões apresentadas na avaliação inicial e intermédia;
- iii) Eficácia e eventualidade de impacto dos resultados - áreas e medidas relevantes;
- iv) Dificuldades na operacionalização, oportunidades de melhoria e dimensões críticas de sucesso de futuros planos

O relatório estrutura-se em duas partes. A primeira respeita ao enquadramento das determinações estratégicas nacionais, problemáticas de base e contextualização do PALPIC e a segunda versa avaliação do PALPIC à luz das dimensões identificadas, relevando a estrutura, processo e dinâmicas e a Avaliação Final Global em quadro síntese.

A **metodologia** de trabalho para a avaliação do Plano consistiu em:

1. Análise documental

- Documento do PALPIC 2020-2023; ENIND 2018-2030;
- Diagnóstico Social do Concelho do Montijo e Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde
- Documentos de evidência disponibilizados pela equipa coordenadora: relatórios de execução; evidências de implementação; fichas de medidas e iniciativas; visualização de suportes de campanhas;

2. Consulta a dados de referência disponíveis (ex. PORDTA) e a páginas específicas

3. Entrevistas a informadoras qualificadas e *stackholders* centrais

- Dra. Clara Silva – Vice-Presidente da CM Montijo com o pelouro da Igualdade
- Dra. Rute Marcelino - Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social – e promoção da Saúde, coordenadora geral do PALPIC e também Conselheira Municipal para a Igualdade
- Dra. Marina Birrento - Conselheira Municipal para Igualdade – que Integra a Equipa para a Igualdade na Vida Local, coordenadora do Projeto.
- Equipa para a Igualdade na Vida Local

4. Participação da avaliadora em atividades *in loco* – presença em seminário temáticos, dinamização de sessão com mulheres sobre a evolução dos direitos e da igualdade antes e depois do 25 de Abril, participação em palestra.

Após validação da Conselheira para a Igualdade e Equipa Local para a Igualdade, o PALPIC Montijo será submetido a reunião de Câmara, para a aprovação.

I - Enquadramento

1. Contexto, determinantes e orientações nacionais

O princípio da igualdade e não discriminação está consagrado na Constituição da República Portuguesa. Além da proibição da discriminação a Constituição determina que é tarefa fundamental do Estado a promoção da igualdade.

Ao nível internacional Portugal comprometeu-se com a Agenda 2030- Agenda para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, é Estado Parte da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e país signatário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. Assume, igualmente, enquanto membro da União Europeia a promoção da igualdade e não discriminação contribuindo para uma sociedade mais justa, coesa e desenvolvida em diversas dimensões e esferas de ação.

Em seu cumprimento foi aprovada a Estratégia Nacional para Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual 2018-2030 (ENIND 2018-2030)⁴ pelo XXI Governo Constitucional.

E elaboração e implementação de uma Estratégia Nacional para a década visa, de forma coerente, sinérgica e sustentável, contribuir para a eliminação ou redução das principais assimetrias e desigualdades entre mulheres e homens, relativas às pessoas com características físicas, étnicas e sociais diversas e de orientação ou identidade sexual não hétero - não olvidando a dimensão da violência doméstica e de género (questão de desigualdade mas que merece ser evidenciada) - que ainda informam, complexa e persistentemente, a sociedade portuguesa (e mundial).

⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2018, de 21 de maio

Em grande parte, resultado de uma organização societal e socialização que produz e reforça estereótipos, valores e atributos, as principais desigualdades versam dimensão vastas e complexas. Manifestam-se nas assimetrias no acesso e exercício de poder de decisão (organizacional, cívica e política), à participação no mercado de trabalho e desenvolvimento profissional, salarial, ao ensino superior e ciência, nomeadamente nas áreas de conhecimento, na distribuição de rendimentos conduzindo a vulnerabilidade económica e de proteção social ao longo da vida, à precariedade laboral e de proteção social, na assimétrica distribuição de tempos e responsabilidades entre o trabalho pago e não pago (sobretudo doméstico, de cuidado), às dificuldades de conciliação entre a esfera de vidas pessoal e profissional, para além da violência, *bullying* e assédio, quer no espaço privado, quer no espaço público, e exploração sexual e tráfico de seres humanos. Sendo transversais ao género delas emergem especificidades em função dos outros fatores de desigualdade e discriminação.

A ENIND 2018-2030 assenta numa visão de desenvolvimento sustentável e alinhamento com os documentos e orientações nacionais e internacionais na promoção dos direitos humanos, igualdade, cidadania e não discriminação, de modo à resolução das questões que concorrem para a manutenção de profundas desigualdades, discriminação em razão de vários fatores (sexo, origem étnica, orientação e identidade sexual, etc.) e violência. Pressupõe a abordagem do *mainstreaming* e das ações específicas e propõe linhas transversais para a sua implementação – interseccionalidade, territorialização e promoção de parcerias.

8

Esta visão para a década, orientadora e transformadora, operacionalizou-se⁵ em três planos de ação com horizontes mais restritos que versam a promoção da igualdade entre mulheres e homens⁶, a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e violência de género⁷ e o combate à

⁵ Em 2023 foram aprovados novos Planos de Ação

⁶ PAIMH

⁷ PAVMVD

discriminação em razão da orientação sexual, identidades e expressão de género e características sexuais⁸. Previu igualmente a monitorização e avaliação bem como um sistema coordenador.

Presume-se, assim, que a implementação da ENIND, nas suas diversas dimensões, convoca a Planos de Ação Locais que contribuirão de forma consistente para a territorialização das políticas públicas assegurando o ajustamento às realidades concretas dos territórios e às das características específicas das populações. Um Plano Local consubstancia, portanto, uma estratégia de promoção da cidadania, igualdade e não discriminação, através de objetivos, medidas, metas e indicadores, num determinado horizonte temporal, ao nível de um território em concreto.

Como instrumento de apoio e alavancagem da necessária promoção territorial da igualdade e de não discriminação foi definida no PT2020 a Tipologia de Operação 1.06 – apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade - com vista ao cofinanciamento do Planos para a Igualdade.

9

2. Contexto local

O concelho de Montijo, localiza-se na margem sul do Rio Tejo, pertence ao distrito de Setúbal e integra Área Metropolitana de Lisboa (AML), bem como na Região de Lisboa e Vale do Tejo, à qual corresponde a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT).

Possui uma área total de 348,4Km², sendo constituído por 8 freguesias. Territorialmente, apresenta uma delimitação administrativa rara no país, constituída por dois territórios distintos (Oeste/Ocidental e Este/Oriental),

⁸ PAOIEC

geograficamente separados (25 km). O território Oeste (ou ocidental) do concelho de Montijo, com uma superfície de 56,7 Km² é marginado pelo Estuário do Tejo (numa extensão de 22,7 Km) e confina com os concelhos de Alcochete, Moita e Palmela. Este território é constituído por 5 freguesias: Afonsoeiro, Alto Estanqueiro/Jardia, Atalaia, Montijo e Sarilhos Grandes. O território Este (ou Oriental) do concelho de Montijo, com uma superfície de 291,6 Km², confina com os concelhos de Benavente, Coruche, Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Palmela. Este território é constituído por 3 freguesias: Canha, Pegões e Santo Isidro de Pegões. Pode, assim, verificar-se que uma parte significativa do concelho do Montijo apresenta características fortemente urbanas, mas em algumas freguesias parece manter-se um pendor de ruralidade.

De acordo com os dados provisórios do Censos 2021 a sua população residente, que mantém a tendência crescente das últimas décadas, era, em 2021, de 55 689 pessoas, sendo 51,4% do sexo feminino e 48,6% do sexo masculino (divisão, esta, constante). Neste âmbito, será interessante ressaltar o índice de envelhecimento de 115,9%, que, embora crescente, se situa abaixo dos valores do mesmo índice verificados na AML e no Continente. Assim, embora se tenha acentuado a diminuição de população jovem, acompanhando a tendência demográfica de Portugal no sentido do envelhecimento, a população residente demonstra valores mais satisfatórios que o resto do Continente sendo os seus indicadores, neste domínio, dos mais positivos da AML. Com efeito, assiste-se, não apenas a uma regeneração da população como à capacidade de atração de residentes. Outro aspeto de especial relevância a assinalar é a presença de populações estrangeira.

10

A partir da informação disponível nos Censos⁹, e por imperativos normativos, não é possível verificar o peso da população migrante/estrangeira bem como dos grupos étnicos e religiosas, da condição de deficiência ou da orientação sexual - fatores relevantes para a análise da dimensão de igualdade e não discriminação. Todavia, os dados administrativos do CLAI apresentados no

⁹ www.ine.pt

Diagnóstico Social de 2019¹⁰ permitem verificar que a população estrangeira residente no Montijo tem vindo a crescer de forma significativa e representava, em 2018, 5% da população total (contra 3,8%, a nível nacional). Embora a nacionalidade de origem mais numerosa seja a brasileira, a população asiática tem vindo a aumentar. Esta dinâmica encerra em si uma outra, também importante, que se traduz na sua crescente feminização a qual pode ser associada, quer aos reagrupamentos familiares, quer ao aumento das mulheres imigrantes¹¹.

O Diagnóstico Social do Concelho do Montijo de 2019 (que se encontra atualmente em processo de revisão) não apresenta os dados discriminados por sexo. Também não se debruçou em concreto sobre comunidades de cidadãos ou cidadãs portuguesas de grupos étnicos diversos, sobre questões identitárias e sobre a violência doméstica e de género. Contempla, todavia, alguma informação relevante de diagnóstico sobre problemáticas com impactos na igualdade, cidadania e não discriminação no território – envelhecimento, pobreza e exclusão, precaridade e desemprego, trabalho sazonal, rede deficitária de respostas sociais em determinadas valências presença de população estrangeira, feminização crescente da imigração. Acrescem os fatores de vulnerabilidade associados à condição de deficiência ou necessidades educativas especiais, à saúde mental e às adições.

Assim, de acordo com o Diagnóstico Social, o Montijo apresenta fatores de vulnerabilidade e exclusão, que devem ser equacionados num conjunto de respostas que permitam o seu desenvolvimento e coesão, nomeadamente associados à presença de população estrangeira, grupos de risco, presença de pessoas em situação de sem abrigo, expressiva presença de famílias monoparentais e famílias monoparentais com várias crianças a cargo. Ainda, segundo a metodologia daquele Diagnóstico, o Montijo caracteriza-se por

¹⁰ Diagnóstico Social do Montijo, IESE, fevereiro 2019, pp 17-18

¹¹ Idem, idem

elevada vulnerabilidade associada ao género e na população imigrante bem como baixa taxa de cobertura de equipamentos sociais e baixa dinâmica das redes sociais (que são dimensões do critério de Coesão Social - “Marginalização Urbana”, no que respeita à tipologia exclusão social).¹²

Este é, em síntese, o contexto socio demográfico de base à elaboração e implementação do PALPIC

A primeira autarquia portuguesa a implantar um Plano Municipal para a Igualdade foi o Montijo, em 2007, o que revela uma forte preocupação e visão sobre importância da igualdade para uma comunidade mais justa e coesa.¹³

Desde então, as medidas locais de promoção da igualdade e não discriminação têm vindo a ser consolidadas. A este respeito, são de evidenciar a existência de serviços direcionados ao atendimento, informação e resposta orientadas para pessoas em situação de vulnerabilidade, as parcerias com entidades públicas nacionais (ex. CIG, GNR, etc.) e organizações da sociedade civil (ex. APMJ) e o investimento em formação e sensibilização interna.

12

Todos estes fatores terão contribuído de forma significativa para o reconhecimento na comunidade da igualdade e não discriminação e também para a sustentabilidade das intervenções ao longo de mais de 24 anos, com boas perspetivas de futuro.

Este empenho e trabalho sistemático é traduzido nos prémios recebidos pela Câmara Municipal, sobretudo o “Viver em Igualdade”, em 2007, 2023.

Dando continuidade à sua dinâmica e demonstrando forte empenho político de promoção da igualdade no Concelho, a Câmara Municipal do Montijo aprova, por unanimidade, o PALPIC – Montijo em fevereiro de 2021.

Assumindo-se este Plano como uma dimensão local de qualquer plano de ação da ENIND 2018-2030, logo da territorialização das suas medidas, tem como

¹² Diagnóstico Social do Montijo, IESE, fevereiro 2019, p 10

¹³ A esta realidade não serão alheios os factos de a então presidente da Câmara Municipal ser uma das poucas autarcas do sexo feminino em Portugal e também por ter sido eleita pelo Partido Socialista, que nos seus programas (quer como governo, quer ao nível local) assume a importância da promoção da igualdade e da não discriminação.

pressuposto que a igualdade assenta na garantida de acesso exercício de cidadania e não discriminação.

O PALPIC, definido para um horizonte de três anos, foi constituído por medidas que abrangem duas grandes vertentes, nomeadamente, a vertente organizacional interna da própria câmara Municipal, e a externa que respeita às suas áreas de atribuição, território e problemáticas de um concelho e sua comunidade.

Tal como referido no próprio, os objetivos do PALPIC foram a sensibilização para as questões de género e sua relação com os instrumento de operacionalização de política pública ao nível local, dar visibilidade às desigualdades e discriminação em razão do sexo, género e outras formas de discriminação, consolidar uma política pública local capaz de se estruturar e plasmar as práticas de promoção da igualdade e dos direitos humanos, e responder às áreas críticas tendo em consideração as orientações específicas da ENIND, de forma integrada e de acordo com as necessidades do concelho do Montijo.

13

De modo a garantir as melhores condições para a sua definição e concretização, foi criada a **Equipa para a Igualdade na Vida Local** (objeto de protocolo estabelecido com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade) sob Proposta de Reunião de Câmara 830/2020 de 29 de abril, alterada pela 1040/2020 de 9 de dezembro. Esta Equipa teve atribuições bem definidas visando contribuir para a política local de promoção da igualdade e assegurar a elaboração e implementação do PALPIC, e pode ser considerada uma das mais valias na implementação do PALPIC.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal do Montijo tem a tutela política sobre o PALPIC, a Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde e Conselheira Local para a Igualdade foi a coordenadora do PALPIC e esteve

nomeada como conselheira, uma técnica superior da Câmara Municipal, que em quase exclusividade concebeu e acompanhou a implementação do Plano.

A implementação e avaliação do PALPIC é cofinanciado pela T.O. 1.06 – POR Lisboa.

Não pode deixar de ser mencionado que o PALPIC teve uma significativa parte da elaboração e início de implementação fortemente condicionadas pela pandemia COVID 19, a qual que se perpetuou por dois anos, com efeitos imediatos muito consideráveis nas condições de operacionalização, e outros, mais profundos, não possíveis de identificar ou avaliar no horizonte temporal da duração do Plano e da sua avaliação. O facto de Câmara Municipal do Montijo ter mantido o seu objetivo apesar dos enormes constrangimentos ilustra a vontade de promoção da cidadania e igualdade ao nível do Concelho que é de assinalar e saudar.

II – AVALIAÇÃO

14

A- Estrutura, processo e dinâmicas

O Plano de Ação Local para Igualdade, Género Cidadania e Não-Discriminação 2020-2022 da Câmara Municipal do Montijo (doravante PALPIC) foi aprovado em 2021, por unanimidade, em Reunião de Câmara Municipal do Montijo sob Proposta de Reunião de Câmara 830/2020 de 29 de abril, alterada pela 1040/2020 de 9 de dezembro.

Os objetivos fixados para o PALPIC traduzem-se na sensibilização para as questões de género na sua relação com o planeamento nas políticas públicas

locais ao nível do Concelho do Montijo e no aprofundar da expressão democrática na política local.¹⁴

1. Estrutura

A análise da estrutura e forma do Plano foca-se na dimensão técnica de um documento desta natureza.

O PALPIC Montijo estruturou-se em três partes. A primeira é metodológica, conceptual e de diagnóstico geral, a segunda versou o diagnóstico de género do executivo camarário, da assembleia municipal¹⁵ e do efetivo da Câmara Municipal e a terceira parte versa o Plano de Ação com as áreas de atuação, objetivos estratégicos, objetivos específicos, medidas indicadores e recursos. Foi desenhado em torno de dez áreas de atuação que se operacionalizaram em 15 objetivos estratégicos, 28 objetivos operacionais e 48 medidas, para um horizonte definido de três anos (2020-2022).

Do ponto de vista metodológico, o PALPIC é claro da identificação e descrição das áreas de atuação, na objetividade das medidas, nos indicadores de cada uma. Ressalte-se a identificação das atividades emblemáticas e a sua explicação clara e rigorosa.

15

2. Conteúdo-objetivos e atividades

A análise dos conteúdos temáticos e conceptuais do PALPIC versa a opção estratégica, se foi considerado um diagnóstico, a forma com o Plano se ancora nos conceitos de referência, nas determinações e orientações da ENIND 2018-2030, tem em conta as problemáticas da desigualdade e discriminação na sociedade portuguesa e no concelho do Montijo e como se repercutem no

¹⁴ PALPIC Montijo, p 28

¹⁵ O diagnóstico apresentado é da composição destes órgãos eleitos no mandato autárquico 2017-2021, período no qual foi elaborado e aprovado o PALPIC Montijo

Concelho. Avalia-se a pertinência das aéreas propostas e dos objetivos traçados e a coerência das medidas.

O PALPIC Montijo 2020-2022:

- ✓ Assume uma **estratégia** que se foca essencialmente na **sensibilização, informação e formação** de públicos relevantes e das comunidades para a existência de problemáticas e impactos da desigualdade e discriminação em várias e vastas vertentes.

Esta, configurou uma opção de estratégica que contribui para a resolução dos problemas identificados no diagnóstico. Todavia, tendo em conta as atribuições da autarquia e a sua relevância enquanto entidade de emprego público seria oportuno equacionar objetivos e medidas de pendor mais instrumental e técnico, no domínio do saber-saber e saber fazer, que melhor permitam a efetivação do *mainstreaming* da igualdade nos planos e projetos e na gestão interna (ex. gestão de pessoas)

- ✓ Assenta num **diagnóstico** realizado em duas vertentes. A dimensão sociodemográfica do concelho do Montijo foi baseada no Relatório Social e em outros documentos e informações pertinentes. A interna teve como base os dados disponíveis da constituição do Executivo e da Assembleia Municipal e o Balanço Social de 2018. Os documentos e informações base são ajustadas e permitem verificar algumas das questões relevantes no Concelho do Montijo e na Câmara Municipal. É de assinalar a análise por sexo do efetivo da Câmara, aspeto muito relevante deste diagnóstico.

- ✓ **Operacionalizou -se** em dez áreas de atuação:

Comunicação e imagem; Usos do tempo e conciliação vida privada/vida familiar; Educação, Saúde, Juventude e emprego; Urbanismo, ambiente e território; Violência e práticas nefastas; LBGTI; Desporto Inclusivo; Cultura; Aérea de atuação interseccional.

As áreas de atuação são vastas e vão ao encontro das grandes dimensões da desigualdade e discriminação que caracterizam a sociedade portuguesa, logo, a comunidade e do efetivo camarário. Algumas são identificáveis nos documentos de diagnóstico e nos dados apresentados.

As áreas, objetivos e medidas plasman as orientações da ENIND 2018-2030 e dos Planos de Ação 2018-2021 -, no que concerne às dimensões diretamente respeitantes ao território e tendo em conta as atribuições de uma autarquia.

Concretizam-se estas orientações nas áreas fundamentais mobilizadoras e seus objetivos estratégicos (áreas 1-9), territorialização (o próprio PALPIC; a área de urbanismo e ambiente e território; medidas concretas para as problemáticas mais profundas na comunidade – ex. Mulheres migrantes; comunidade cigana), Interseccionalidade (área 10); e trabalho em parcerias com entidades fundamentais e de referência ao nível nacional local.

17

Contribui para o *mainstreaming* da igualdade com medidas concretas dirigidas ao efetivo da câmara (ex. Linguagem inclusiva, sensibilização para o planeamento urbano inclusive) e sobre políticas locais importantes (ex. Planeamento urbano, saúde, educação). Prevê ações positivas (ex. Movimento artístico feminino).

As áreas de atuação, objetivos definidos e medidas propostas contribuem para a concretização dos objetivos do PALPIC Montijo de forma integrada e coerente. A sua coerência estratégica no território foi relevante para a sustentabilidade das intervenções e seus resultados.

Identificaram-se, no entanto, algumas assimetrias de medidas e foco entre áreas (de que são exemplo a área Urbanismo e a Violência). Foi, no entanto, realizada uma reuma revisita ao conjunto de medidas de modo a abranger

especificidades insuficientemente contempladas de modo a poder tornar o PALPIC Montijo mais equilibrado e proporcionar um incremento da capacitação de equipas/pessoas internas e dirigentes e técnicos/as quer da Câmara quer de organizações da sociedade civil e outras entidades, bem como eleitos/as locais. Estes são agentes fundamentais para o sucesso das atividades.

3. Elaboração e implementação

A análise deste item procura evidenciar a capacidade da Câmara Municipal do Montijo para a elaboração e implementação de um Plano de Igualdade por se entender que a ligação à comunidade, as condições organizacionais e o apoio político são essenciais para o sucesso das medidas e para a sustentabilidade dos resultados.

Neste ponto é de relevar que o PALPIC foi elaborado com recursos internos da autarquia os quais estão indicados como os principais recursos mobilizados para o apoio à implementação. O cofinanciamento pelo POISE foi canalizado apenas para apoio à implementação e avaliação. O Plano teve a coordenação de uma dirigente cuja área de atribuição – desenvolvimento social - é fundamental para os objetivos, teve afeta a cem por cento de tempo uma técnica superior com especialização científica e técnica na área - que também é conselheira para a Igualdade – e foi constituída, integrando dez pessoas, uma Equipa para a Igualdade na Vida Local. Encontra-se, assim, patente o reconhecimento ao nível interno da mais valia deste Plano e a capacidade técnica e científica da Câmara Municipal do Montijo neste domínio.

Numa outra vertente, a Autarquia estabeleceu um protocolo de colaboração com a Comissão para a Cidadania e Igualdade e parcerias com entidades nacionais e locais de relevo para apoio à sua implementação.

É importante, ainda, evidenciar que o PALPIC Montijo 2022 teve o inquestionável apoio político dos dois executivos camarários envolvidos (o que aprovou e iniciou a sua implementação e o que lhe deu continuidade e o concluiu¹⁶).

4. Avaliação inicial e intermédia- Síntese das sugestões e das dinâmicas subsequentes

A avaliação inicial permitiu identificar algumas oportunidades de melhoria quer no plano quer na sua implementação, e a intermédia pode verificar os ajustamentos feitos e pretendeu destacar atividades emblemáticas e relevantes. Na primeira, sugeriu-se, essencialmente, melhorar a identificação de elementos relevantes para avaliar a execução, como datas, metas, etc.; participação e parcerias interna e externa; avaliação de qualidade e satisfação perante a execução das atividades; dar relevo à dimensão comunicação do próprio Plano; aprofundar a capacitação, saber-saber e saber fazer a técnicos/as e dirigentes para melhor a integração da igualdade nas práticas profissionais e nos projetos que concebem e implementam.

Na avaliação intermédia foi apresentado um cronograma de implementação das medidas para o horizonte do Plano que identificou também medidas que tiveram que ser ajustadas às condicionantes do confinamento e restrições de interação inerentes à pandemia COVID 19 (apesar deste enorme constrangimento, a Câmara Municipal do Montijo manteve a implementação do Plano).

No sítio *web*, foi disponibilizado de forma clara e perceptível o Plano e todos os documentos de referência para a sua elaboração e implementação/disseminação, as atividades realizadas e a evidência de existência e constituição da Equipa para Igualdade na Vida Local.

¹⁶ Embora mantendo o mesmo Presidente (Eng. Nuno Canta) e o partido mais votado (Partido Socialista) houve mudança de mandato por via das eleições autárquicas de setembro de 2021.

Foram igualmente demonstradas evidências da execução das medidas. O relatório de execução de Plano no final de 2021 permitiu confirmar uma elevada de taxa de execução, tendo algumas medidas sido superadas. Assistiu-se também à recalendarização de medidas e alteração ou reformulação de algumas de modo a responder os constrangimentos havidos, e, assim, dar resposta aos objetivos contratualizados. Definiram-se também novas medidas como consequência das sugestões propostas no relatório de avaliação inicial.

De assinalar a total disponibilidade das Conselheiras Locais para a Igualdade para disponibilização de informação, evidências e documentos ou qualquer informação solicitada pela avaliadora.

5. Medidas e atividades impactantes e emblemáticas:

Considerando a sua relevância no contributo para a efetividade do Plano, com impactos transformadores - importa evidenciar:

- **medidas relevantes introduzidas na sequência da avaliação inicial:**

- ☐ Elaboração de um Guia rápido de escrita inclusiva que foi enviado pelo correio interno junto dos recibos de vencimento (<https://www.mun-montijo.pt/viver/intervencao-social-e-voluntariado/igualdade-e-cidadania/noticias-igualdade/noticia/guia-de-escrita-inclusiva>)

- ☐ Formação específica dos elementos da Equipa para Igualdade da Vida Local que foi constituída tal como previsto no protocolo com a CIG que vai ao encontro da sempre necessária capacitação dos elementos desta Equipa.

- **Algumas medidas relevantes em resultado da formação havida para os membros da Equipa para a Igualdade na Vida local,**

- ☐ Atividade sobre o Dia Internacional da pessoa Cigana que foi dinamizada pelo técnico que acompanha um projeto junto desta comunidade. Evidencia, assim, integração da dimensão de igualdade, cidadania e não discriminação nas práticas e áreas profissionais uma vez

(<https://www.mun-montijo.pt/viver/intervencao-social-e-voluntariado/igualdade-e-cidadania/noticias-igualdade/noticia/comemoracao-do-dia-nacional-do-cigano-no-bairro-da-caneira>)

□ Incremento das exposições de mulheres artistas ou com temáticas onde as questões das desigualdades das mulheres e a violência contra as mesmas patentes ao público, a partir da iniciativa da responsável da área da cultura (<https://www.mun-montijo.pt/viver/cultura/galeria-municipal/exposicoes>).

- **Medidas significativas, de relevância Nacional, celebrada ao nível local e com impacto mediático.**

□ O Município do Montijo assinala o Dia da Desigualdade Salarial, com campanha digital

□ A campanha do dia 25 de novembro – Dia Internacional de Luta contra a Violência Doméstica e de Género

Esta é uma **área emblemática**, não apenas pela consistência e qualidade das campanhas, mas também porque é possível perceber alguns impactos, uma vez que há cada vez denúncias e pedidos de apoio de pessoas em situações de violência.

- **Medidas emblemáticas** como a comemoração do 8 de Março e 25 de Novembro já eram prática no Concelho, o hastear da bandeira LGBT que também já tinha ocorrido antes do PALPIC, tem sido acompanhada de outras atividades tais como as campanhas digitais e ações de formação (durante a COVID-19) on line em parceria com a área da Juventude ilustrando uma dinâmica de transferibilidade e de incorporação nas práticas que contribuirá para a sustentabilidade da construção de melhor cidadania e igualdade no Concelho.

- As medidas e ações de informação e sensibilização têm uma componente de imagem e de mensagem de elevada qualidade com impacto comunicacional significativos, revelando a importância que se dá aos eventos e ações e

contribuindo para a sua dignificação. Com efeito, a comunicação e imagem do PALPIC é significativa e com impacto (ex. outdoors, campanhas, sítio web).

- A Câmara Município do Montijo candidatou-se à 6ª edição do Prémio “Viver em Igualdade”
- O Município do Montijo integra a rede Municípios Saudáveis

A avaliação inicial e a intermédia confirmaram a adequação do PALPIC ao diagnóstico, contexto, determinações internacionais e nacionais e apresentaram sugestões de melhoria e permitiram verificar a sua implementação, muitas vezes também respondendo às propostas resultantes da avaliação.

No período subsequente à avaliação intermédia e até à conclusão, constatou-se a sua plena execução, não apenas no que respeita à concretização de medidas como mesmo à sua superação e introdução de medidas novas.

Destas, é importante destacar:

Ainda no dia 28 de outubro de 2021 teve lugar na Galeria Municipal, Edifício da Assembleia Municipal, a conferência subordinada ao tema Género, Ambiente, Espaço e Territórios, que contou com especialista nacionais destas matérias (ver [aqui](#) notícia + vídeo)

A **Conferência sobre Género, Espaço, Ambiente e Território, que decorreu no dia 28** de outubro na sala da Assembleia Municipal, foi uma conferência sobre Género, Espaço, Ambiente e Território onde foi oradora a Professora Margarida Queirós, Professora e Investigadora do IGOT – Instituto de Geografia e Ornamento do Território da UL, referência nacional para o público em estudos de género e a Arquiteta Patrícia Pedrosa, da Associação Arquitetas de Portugal e também reconhecida académica da URBI - Universidade da Beira Interior e Investigadora do Centro Interdisciplinar dos Estudos de Género – CIEG, ISCAPS – UL e que teve o contributo do Dr. Miguel Nascimento, Geógrafo do Departamento de Urbanismos da Câmara Municipal de Montijo e que também é membro da Equipa para a Igualdade na Vida local.

Ainda e com a preocupação de envolver a Rede Social para as temáticas LGBTI, e no âmbito do dia Internacional contra o discurso de ódio, em representação da Casa Qui, a Dra. Rita Paulos ministrou uma ação de formação sobre a temática **“A Especificidades da Juventude LGBTI”** - dentro do Conselho Local de Ação Social e Saúde de Montijo **CLASS**, no âmbito do 17 maio.

Realizada a ação de sensibilização dirigida à comunidade Juvenil/Educativa – transmitida em Live- Streaming para todas as escolas e jovens, ministrada pela Diretora Executiva da Casa Qui – Dra. Rita Paulos. Com a participação do Gabinete da Juventude e uma das Conselheiras para a Igualdade da Autarquia.

Estas três atividades, são exemplo de uma estratégia inovadora, nas políticas locais.

A **análise qualitativa**, considerando o mérito interno das atividades e realizadas e tendo sempre como referência o facto de a opção estratégica do PALPIC Montijo 2020-2022 ter sido de sensibilização e formação, permite verificar coerência entre as áreas de atuação e contribuem para os objetivos propostos e contratualizados. Forma objeto de divulgação com qualidade e, sempre que é possível e ajustado, procede-se à recolha a avaliação de satisfação de participantes. Os e as intervenientes têm sido de relevância nacional, quer da academia, quer das organizações da sociedade civil, ou das instituições públicas, conseguindo o PALPIC convidar e acolher os contributos de pessoas altamente informadas e qualificadas.

Assinale-se que atividades em temas importantes - mas por vezes considerados de mais difícil aceitação ao nível da comunidade, de que são exemplo as identidades de género, a igualdade cidadania no *mainstream* das práticas profissionais ou a violência doméstica e de género - têm colhido o interesse e participação de públicos relevantes e profissionais de grupos estratégicos no que concerte a promoção da cidadania, igualdade e não discriminação (ex. forças de segurança).

Geram-se, deste modo, impactos significativos não apenas nas perceções e atitudes como nas práticas, contribuindo para a sustentabilidade dos resultados e sua dinâmica transformadora.

6. Participação, envolvimento, partilha de boas práticas

A elaboração e implementação do PALPIC pressupôs reuniões e atividades com intervenientes, entidades parceiras e outras Câmaras Municipais – originando e permitindo partilhas, participação e disseminação do Plano e transferência de boas práticas. Esta é uma dimensão fundamental para a sustentabilidade das transformações propostas: Escolas; ACES; CLDS; CLAS; Câmara Municipal da Moita; de Odivelas, etc.

As maiores dificuldades reportadas neste domínio foram com a área da saúde, facto que é compreensível pelo impacto da pandemia COVID 19.

Houve também pouca dinâmica no que respeita às atividades relacionadas com a educação, o que fragiliza a estratégia adotada.

7. Execução do protocolo entre a CIG e a CM Montijo

Ilustrando a importância que as políticas de igualdade ao nível do Município do Montijo, a Câmara decidiu protocolar com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género o apoio à elaboração e implementação do seu Plano para a Cidadania, Igualdade e Não Discriminação na Vida Local. Este protocolo prevê responsabilidades de ambas as partes bem como o apoio da CIG em determinados aspetos.

A avaliação da execução do protocolo (pelo PALPIC e no seu âmbito) permite constatar as boas interações havidas e o cumprimento quase integral do que foi contratualizado.

8. Considerações finais

Tendo em conta a opção estratégica do PALPIC Montijo 2020-2022 considera-se que o mesmo contribui ao nível local para que, ao nível local, no território onde se implementou, sejam cumpridos objetivos nacionais inscritos nos Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens, de Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica, de Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual. Expressão de Género e Características Sexuais. Focou questões sensíveis de forma clara e credível, com rigor científico e concetual, convocando agentes estratégicos de entidades de referência (ex. investigadoras) e da comunidade (ex. dirigentes de entidades do setor social ou oficiais das forças de segurança).

Este Plano foi definido em coerência com as grandes dimensões da igualdade e não discriminação no território a que se refere, sendo as suas áreas de atuação bem como objetivos definidos, relevantes para o efeito, tendo em conta as atribuições e capacidades de uma autarquia. Foi, portanto, um plano com qualidade pela sua abrangência, coerência, alinhamento com Planos de Ação Nacionais e Locais, ancoragem em atores estratégicos e em parcerias relevantes e no rigor conceptual e científico. Ao recorrer de forma tão ampla a recursos internos (inclusive financeiros) e ao mobilizar recursos humanos tão qualificados e dedicados assegurou o aprofundamento e a capacidade e dinâmica camarária para a continuidade e desenvolvimento das políticas locais de igualdade e para a continua democratização da ação política local.

A resiliência demonstrada em resultado dos constrangimentos da pandemia de COVID19 é ilustradora da capacidade da Câmara Municipal do Montijo, em especial, das pessoas e unidades orgânicas diretamente envolvidas da sua aposta na criação de uma comunidade mais justa, coesa e cidadã.

Não pode deixar de ser reiterada a referência ao absolutamente necessário apoio político para a definição e implementação de abordagens transformadoras e fora do mainstream, o qual é que é uma das mais valias evidentes do PALPIC Montijo e essencial para o seu sucesso.

Os relatórios de execução de Plano ao longo do horizonte de implementação permitiram confirmar uma elevada taxa de execução, tendo algumas medidas sido superadas. Assistiu-se igualmente à recalendarização das medidas e alteração ou reformulação de outras de modo a responder os constrangimentos havidos, e, assim, aos objetivos contratualizados. Foram também criadas novas medidas como consequência das sugestões propostas no relatório de avaliação inicial e intermédia ou das necessidades que foram sendo identificadas. Quando solicitadas, foram disponibilizadas evidências da execução das medidas.

De assinalar a total disponibilidade das Conselheiras Locais para a Igualdade para disponibilização de informação, evidências e documentos ou qualquer informação solicitada.

Foi possível constatar, face ao orçamento identificado, e à exiguidade do financiamento PT2020 (que poderá estar suborçamentado uma vez que não tem em conta todos os custos indiretos de estrutura e de recursos que é necessário mobilizar) que o valor de financiamento para a TO, no PT Lisboa 2020, fica aquém das necessidades de definição e implementação e avaliação de um Plano desta natureza, pelo que o mesmo só pode ser entendido como apoio. É, assim, importante destacar o empenho político e mobilização de recursos humanos e financeiros da Câmara Municipal do Montijo na elaboração e operacionalização deste tipo de medida tão importante para a cidadania e igualdade (que decorreria independentemente da candidatura à TO).

A opção estratégia do PALPIC Montijo assentou fundamentalmente na sensibilização e informação de públicos estratégicos e da comunidade e foi implementada de forma muito eficaz, com suportes e campanhas de elevada qualidade, com potencial de significativos impactos, não apenas nas perceções e atitudes como nas práticas de profissionais e da comunidade, contribuindo para a sustentabilidade dos resultados e sua dinâmica transformadora. A comunicação é um dos fatores mais relevantes na implementação deste Plano.

O PALPIC revelou-se um instrumento que permitiu tomadas de consciência e partilhas ao nível de grupos especialmente vulneráveis às desigualdades e

discriminação que, de outro modo, não teria tido lugar, tais como e **reflexão** e debate sobre as **mulheres migrantes** brasileiras (num território onde esta comunidade é crescente), ou a sessão de **partilhas com mulheres seniores** sobre os direitos e a igualdade antes e depois do 25 de Abril, ou ainda a criação do **Podcast Viver em Igualdade** que, de forma simples e reiterada faz chegar conteúdos sérios e robustos essenciais para a promoção da igualdade e qualidade da vida em comunidade e da democracia.

Constaram-se, todavia, dimensões e aspetos que devem ser considerados como oportunidades de melhoria em planos futuros: mais robustez da EIVL, introdução de algumas dimensões na gestão interna da própria Câmara Municipal de modo a, pela apropriação dos e das profissionais e a redefinição de instrumentos técnicos, permitir transformação de estruturas e metodologias de trabalho e gestão organizacional e, assim, contribuir para mais robusta sustentabilidade futura.

Neste âmbito, poderia ser importante reavaliar a organização do tempo de trabalho e prever a flexibilidade de conciliação entre a vida laboral e privada em diversas fases do ciclo de vida, introduzindo com critérios claros e com regras partilhadas a possibilidade de teletrabalho, ou outros sistemas flexíveis que contribuem para a conciliação, mas também para aumentar a motivação e produtividade dos trabalhadores e das trabalhadoras. Deixa-se também como sugestão a possibilidade de aceder a formação no horário de trabalho, o que permite iguais possibilidade de desempenho a todas as pessoas, e a introdução dimensão de igualdade, cidadania e não discriminação nos objetivos de desempenho, no âmbito do SIADAP 2 ou 3.

Por outro lado, ao nível da comunidade, é fundamental aprofundar o trabalho com a área da educação e com as populações migrantes ou grupos mais vulneráveis (como o grupo de mulheres homens operários da próprio efetivo da Câmara Municipal) e também acentuar e continuar a muito importante reflexão feita ao nível do planeamento urbano /espaço público de modo ser amigável e acessível todas as pessoas e integrar impactos ambientais, cada vez mais

significativos, para a vida em comunidade. Será importante evidenciar a interseccionalidade da igualdade de género com a deficiência, origem étnica ou a juventude, de forma mais abrangente e robusta. E ainda aprofundar a relação com o desporto, que pode ser um grande “espaço” de inclusão, respeito e igualdade.

Quanto à questão da avaliação de impacto orçamental das políticas e medidas de igualdade, não há ainda em Portugal robustez e coerência metodológica que o permita fazer com a necessária qualidade, pelo que não se considera nesta avaliação.

O PALPIC, reuniu, assim, condições para contribuir de forma significativa para a transformação societal a partir da sensibilização, tomada de consciência e capacitação a vários níveis que se configura como uma das condições estruturantes para a sustentabilidade das políticas locais, neste caso de promoção da igualdade e não discriminação com impacto na melhoria da vida e no acesso e exercício de cidadania plena.

B - Avaliação Final Global

A avaliação final global encerra os momentos de avaliação e apresenta o quadro avaliativo síntese do PALPIC Montijo 2020-2022:

Determinantes e dinâmicas internas à Câmara Municipal que permitiram a definição e asseguram a execução do plano e a sua sustentabilidade.
➤ Enquadramento político e apoio consistente dos dois executivos com responsabilidade na conceção, aprovação e implementação ➤ Mobilização de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos (nomeadamente na área da comunicação), independentemente da candidatura a financiamento POR Lisboa do PT 2020) ➤ Constituição de Equipa para Igualdade na Vida Local, composta por técnicas/os com diversidade de áreas e conhecimentos ➤ Coordenação do Plano por parte da Conselheira para Igualdade dirigente da área do desenvolvimento social; ➤ Atividades de reflexão e debate em áreas relevantes e estruturante como o planeamento urbano e ordenamento do espaço público, comunicação e linguagem inclusiva, direitos sexuais, etc.

- Comunicação interna e externa com estratégias ajustadas e de elevada qualidade. A comunicação teve um papel fundamental na continuidade e implementação do PLAPIC;
- Disponibilidade para partilha de boas práticas e espaços de disseminação

Coerência entre a estratégia e a operacionalização. Efetividade da execução das atividades e integração das sugestões apresentadas na avaliação inicial e intermédia

- Plano concebido em alinhamento com as orientações e estratégias nacionais e respondendo a necessidades do concelho, versando áreas da ENIND e a territorialização das medidas de políticas
- Tendo sido a opção uma estratégia de sensibilização, informação e formação, é evidente a coerência estratégica entre as orientações, necessidades, características do território, objetivos, medidas e a sua operacionalização
- Elaborado e implementado com rigor técnico e conceptual que envolveu técnico/as, profissionais, investigadores/as de inquestionável qualidade
- Iniciado e concluído no prazo apesar dos constrangimentos decorrentes sobretudo da pandemia de COVID 19 e o processo de transferência de competências para a CM Montijo
- Objeto de avaliação inicial e intermédia (mais de 12 meses após o seu início) realizada por avaliadora independente. Foram acolhidas as principais sugestões de melhoria aí identificadas.
- Celebrado protocolo com a CIG, tendo decorrido o previsto e sido prosseguido os mais relevantes indicadores previstos nas orientações da Comissão para um Plano para a Igualdade na Vida Local (**os que não foram respeitadas as decisões** do âmbito da autonomia política da CMM e que não configuram especial relevância para a promoção da igualdade e cidadania ao nível local).

Eficácia e potencial de impacto dos resultados – áreas e medidas relevantes

- Partilhado e comunicados interna e externamente. Foram desenvolvidas atividades de disseminação de resultados e partilha de boas práticas
- Medidas emblemáticas em áreas relevantes como a comemoração do 8 de Março e 25 de Novembro, o dia da igualdade salarial, o hastear da bandeira LGBT (que sendo já uma prática da CMM foram objeto de campanhas de comunicação de grande impacto), a criação do Podcast -Viver em Igualdade, foram acompanhadas de outras atividades tais como as campanhas digitais e ações de formação (durante a COVID-19) *on line* em parceria com a área da Juventude, ilustrando uma dinâmica de transferibilidade e de incorporação nas práticas que contribuirá para a sustentabilidade da construção de melhor cidadania e igualdade no Concelho.
- A área da prevenção da violência doméstica e de género convocou ao trabalho em parceria para os agentes relevantes e foi objeto de campanhas de elevada qualidade, podendo contribuir para o facto de cada vez mais pessoas estarem informadas e pedirem apoio, no concelho do Montijo

- Durante os meses de prevalência da violência doméstica e do femicídio (julho, agosto e setembro) o a CM Montijo coloca um outdoor com a campanha de 25 de novembro facultando os contactos de emergência locais e nacionais, sempre com a mensagem clara de que a denúncia é anónima.
- Ainda o grupo de apoio psicológico, com as mulheres sobreviventes de violência, denota um aprofundamento do trabalho realizado em matéria de violência doméstica e de género.
- São medidas que revelam grande potencial de replicação, disseminação, transferibilidade e aprofundamento podendo gerar significativos impactos não apenas nas perceções e atitudes como nas práticas, contribuindo para a sustentabilidade dos resultados e sua dinâmica transformadora, configurando mesmo uma das mais positivas dimensões do PALPIC Montijo.

As maiores dificuldades e as oportunidades de melhoria. Fatores positivos. Dimensões críticas de sucesso de futuros Planos

As maiores dificuldades assentaram em alguma resistência e desvalorização por parte da comunidade, de profissionais e agentes políticos de alterações estruturais que assentem em valores e práticas promotoras da igualdade entre mulheres e homens e de género, sobretudo porque se entende que tal já não é necessário, considerando que havendo igualdade *de jure* a igualdade *de facto* é inerente. Se as causas são vastas e complexas as consequências remetem para a dificuldade em transformar as estruturas internas, as práticas de trabalho, a linguagem e discursos, as prioridades, etc.

As oportunidades de melhoria para Planos futuros no Município do Montijo devem versar:

- Reforço do trabalho na área da educação e com públicos e grupos vulneráveis (como o efetivo menos qualificado da Câmara Municipal, ou migrantes, cujo número e diversidade são crescentes, com impactos significativos) e promover mudança incremental nas atitudes das pessoas, sobretudo *stakeholders*;
- Recolha de dados por sexo nos instrumentos de diagnóstico e planeamento, e disponibilização de informação
- Equipa técnica com competências, atribuição e conhecimento para a elaboração e implementação do plano
- Reforço do trabalho em áreas como o planeamento do território, o desporto e a *interseccionalidade* com a idade e a deficiência e a população migrante
- Aprofundar as transformações gestionárias e comportamentais na Câmara Municipal
- Do ponto de vista das autoridades de gestão do PT 2030, não apenas aumentar a dotação financeira, como permitir a contratação de recursos humanos qualificados que, integrando ao mapa de pessoal da Câmara Municipal, possam ter o papel fundamental de apoio à conceção e

acompanhamento da implementação de Planos desta natureza contribuindo para a sua sustentabilidade.

Os principais fatores positivos do PALPIC Montijo 2020 – 2022 são:

- Apoio político e liderança eficaz e eficiente
- Envolvimento e participação de *stakeholders*
- Competência técnica, conhecimento e dedicação exclusiva de técnicas/os da CMM
- Alinhamento. Consistência e coerência. Execução plena e conclusão do Plano no prazo, com cumprimento de todas os compromisso e encargos
- Transferibilidade de práticas profissionais e contributo para mudança de atitudes
- Comunicação interna e externa com grande impacto
- Territorialização
- Avaliação independente

Dimensões críticas de sucesso de futuros Planos Municipais para a Cidadania e a Igualdade na Vida Local:

- Apoio político consistente
- Liderança eficaz e transformadora
- Conhecimento, informação, profissionais e recursos adequados
- Definição de áreas prioritárias e alinhadas com o território
- Envolvimento e participação de agentes de mudança
- Apoio mais efetivo da CIG e das Autoridades de Gestão na conceção e implementação de Planos objeto de cofinanciamento

Quadro 1 - PALPIC Montijo 2020-2022 - nível cumprimento das dimensões de avaliação

	Avaliação		
	Inicial	Intermédia	Final
a) coerência estratégica	elevado	elevado	elevado
b) eficácia	elevado	elevado	elevado
c) eficiência e sustentabilidade	(*)	elevado	elevado
d) condições e pressupostos	médio	médio	médio

Níveis

elevado prevê a maioria ou a totalidade das vertentes relevantes

médio prevê o essencial mas faltam vertentes importantes

reduzido não prevê a maioria das vertentes relevantes